



AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA SALA DE AULA INERENTE AOS PROCESSOS EDUCATIVOS: UM DEBATE NECESSÁRIO¹

Ester Elizabete Diniz², Isabel Kolterman Battisti³

- ¹ Projeto de pesquisa desenvolvido na UNIJUÍ; Trabalho da disciplina: Processos Educativos: Avaliação com a Interface com o Currículo.
- ²Doutoranda em Educação em Ciências na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Bolsista Capes.
- ³ Professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUÍ. Doutora em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Trabalho da disciplina: Processos Educativos: Avaliação com a Interface com o Currículo.

RESUMO

A avaliação em sala de aula desempenha um papel fundamental para investigar, identificar, analisar e, assim, compreender o progresso de cada estudante em relação aos objetivos da aprendizagem, permitindo, assim, identificar qual área do conhecimento o professor necessita ajustar em suas estratégias pedagógicas para garantir a aprendizagem eficaz de acordo com as necessidades do estudante. Desse modo, é necessário que o professor tenha conhecimento teórico para nortear seu planejamento. Nessa direção, o presente estudo de abordagem qualitativa e de natureza teórica, busca refletir acerca da avaliação no contexto da sala de aula, entendendo esta como inerente aos processos educativos e, assim, ao currículo escolar, no contexto, são consideradas documentos oficiais que orientam o currículo escolar. As discussões propostas estão fundamentadas, especialmente, em Esteban (2002; 2021), Fernandes (2006; 2011), Santos (2023) entre outros. Diante destas constatações, a avaliação no contexto da sala de aula, quando bem elaborada e fundamentada em aportes teóricos curriculares, vem a contribuir no planejamento pedagógico do professor para um ensino de qualidade à aprendizagem de seus estudantes, em prol de uma educação mais crítica, reflexiva, equitativa e inclusiva, principalmente para os menos favorecidos.

Palavras-chave: Avaliação. Sala de aula. Conhecimento teórico.

ABSTRACT

Classroom assessment plays a fundamental role in investigating, identifying, analyzing and, thus, understanding each student's progress in relation to learning objectives, thus allowing the identification of which area of knowledge the teacher needs to adjust in their pedagogical strategies. to ensure effective learning according to the student's needs. Therefore, it is necessary for the teacher to have theoretical knowledge to guide his planning. In this sense, the present study, with a qualitative approach and theoretical nature, seeks to reflect on assessment in the context of the classroom, understanding this as inherent to educational processes and, thus, to the school curriculum, in the context, official documents that guide the school curriculum. The proposed discussions are based, especially, on Esteban (2002; 2021), Fernandes (2006; 2011), Santos (2023) among others. Given these findings, assessment in the classroom context, when well prepared and based on theoretical curricular contributions, contributes to the teacher's pedagogical planning for quality teaching and learning for their students, in favor of a more critical education, reflective, equitable and inclusive, especially for the least favored.





Keywords: Assessment.Classroom. Theorical knowledge.

INTRODUÇÃO

No contexto da sala de aula encontram-se diversas culturas, saberes, conhecimentos, ideias, pensamentos, sendo assim, o professor precisa constituir uma práxis pedagógica com o propósito de contribuir nos processos de formação e de desenvolvimento de seus estudantes, com vistas a se tornarem cidadãos críticos, reflexivos, democráticos para conviverem na sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, a avaliação no contexto de sala de aula é um processo fundamental para compreender o aprendizado dos alunos, verificando se os objetivos educacionais estão sendo alcançados e se os alunos estão adquirindo o conhecimento e desenvolvendo as habilidades esperadas, ou seja, "se as ações de ensino estão adequadas às ações de aprendizagem" (Moraes; Moura, 2009, p. 96-97).

Nessa perspectiva, a avaliação realizada em sala de aula não poderá ser vista apenas como uma *medida classificatória* de aprovação/reprovação, mas como parte integrante do processo do ensino com vistas à aprendizagem. Nesse sentido, os resultados obtidos configuram-se como um "guia" para os professores repensarem suas abordagens pedagógicas e, assim, (re)organizar, (re)elaborar seu planejamento diário de modo que possa vir a contribuir na aprendizagem nas situações às quais o estudante necessita apresentar um resultado mais satisfatório e/ou ampliar ainda mais o nível de seus conhecimentos.

Avaliar envolve também, entender o estudante numa perspectiva holística, considerando seus aspectos emocionais e cognitivos, valorizando a singularidade e reconhecendo que cada estudante está inserido em um contexto histórico-cultural, e que estes intervêm no seu processo formativo e de desenvolvimento. Dessa forma, a avaliação "[...] é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas" (Libâneo, 1990, p. 195).

Sendo assim, os resultados identificados a partir de tarefas avaliativas têm que estar a serviço do crescimento subjetivo do estudante, de modo a compreender "[...] o que os alunos podem vir a saber/fazer, com vistas a desenhar uma ação docente que favoreça esse processo [...]" (Esteban, 2002, p. 21). A partir disso, a elaboração, o considerar de critérios e de *feedbacks*, em vez de apenas notas ou classificações, são essenciais para destacar as conquistas dos alunos e apontar áreas/aspectos para melhoria, proporcionando informações





mais úteis para que eles compreendam seu desempenho atual e orientá-los sobre como melhorar, porém sob perspectiva de avaliar *para aprendizagem e não a aprendizagem* (Fernandes, 2006).

Nesse contexto, é fundamental que o professor tenha conhecimento teórico, pois este permite compreender o conceito que está ensinando, enriquecendo sua práxis pedagógica de maneira eficaz, clara, objetiva e consistente. Entretanto, é necessário que o professor atente às diretrizes e objetivos educacionais, pois estes orientam a organização curricular nas instituições de ensino, sendo elaborados com a intencionalidade de uma educação de qualidade e equidade.

Nessa direção, Santos (2023, p. 2) refere-se a Base Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como principais documentos oficiais que "[...] regulamentam e regularizam o nosso sistema de ensino numa perspectiva de igualar as diferenças das aprendizagens nas instituições de ensino tendo em vista a singularidade destas". De acordo com Santos (2023), esses documentos normativos são basilares para o ensino, pois abarcam um currículo comum constantemente atualizado e adaptado às mudanças da contemporaneidade.

Diante dessas constatações, a escrita desse texto tem por objetivo refletir acerca da avaliação no contexto da sala de aula, entendendo esta como inerente aos processos educativos e, assim, ao currículo escolar.

Diante do exposto, o presente estudo está relacionado a ODS 4 da ONU – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, sendo desencadeada a partir de estudos realizados, como doutoranda, em uma disciplina do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu de uma universidade do estado do Rio Grande do Sul. Nesse viés, os principais estudos realizados na disciplina que fundamentaram essa escrita, emergiram das discussões a partir de referenciais teóricos e documentais que abarcam concepções acerca da avaliação educacional interna, externa e em larga escala, entretanto, a temática principal nessa escrita, é a avaliação interna realizada no contexto da





sala de aula. A partir disso, utilizou-se de autores como, Esteban (2002; 2021), Fernandes (2006; 2011), entre outros, para a escrita deste texto, que tem como objetivo principal trazer reflexões sobre processos avaliativos, bem como problematizar a importância de conceito teórico nas atividades avaliativas à luz de documento oficiais que orientam a elaboração do currículo escolar. Nessa perspectiva, as discussões do texto apresentam-se organizadas em seções, quais sejam: Reflexões sobre avaliação no contexto da sala de aula: Um novo olhar à avaliação formativa; e O que avaliar e para quê?. O texto finaliza com as proposições das Considerações finais.

REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA SALA DE AULA: Um novo olhar à avaliação formativa

A avaliação no contexto da sala de aula é uma parte importante do processo educacional, pois "[...] os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progresso, dificuldades, e reorientar o trabalho para a correção necessária [...]" (Libâneo, 1990, p. 195). Sob esse foco, a avaliação permite aos professores acompanhar a aprendizagem dos alunos identificando áreas do conhecimento ainda não consolidadas e que necessitam de um 'novo' olhar, reorganizando e objetivando suas estratégias pedagógicas a fim do avanço da aprendizagem dos estudantes.

Nessa direção, buscamos Fernandes (2011, p. 1) que corrobora com as discussões ao afirmar que a "[...] avaliação realizada pelos professores em contexto de sala de aula pode contribuir para ajudar os alunos a melhorar as suas aprendizagens". Desse modo, a avaliação não pode ser vista como um procedimento técnico com realizações de provas e atribuição de notas quantificando o conhecimento dos estudantes, mas sim, como uma questão pedagógica e didática, que faça parte do processo de ensino com vistas à aprendizagem.

Entretanto, conforme Fernandes (2011) e Libâneo (1990), o que se percebe no cotidiano é que, de forma geral, muitos sistemas educacionais enfrentam dificuldades em priorizar uma avaliação voltada para o processo de aprendizagem dos estudantes, o qual seja capaz de auxiliá-los a superar suas lacunas cognitivas, e que *ajude o estudante a aprender*.

Nesse viés, as autoras Esteban; Pina (2021) permitem refletir sobre a avaliação que predominantemente está enraizada no *modelo* da *mensuração*, que nada contribui para uma





educação verdadeiramente democrática e que *silencia os sujeitos envolvidos*. A mera *mensuração* não possibilita espaço para problematizar situações que acontecem no cotidiano da sala de aula, "[...] o mais comum é tomar a avaliação unicamente como o ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos [...]" (Libâneo, 1990, p. 198).

Assim, no modelo *mensuração*, o papel do professor está direcionado na transmissão do conhecimento com aulas expositivas e métodos tradicionais de ensino, em que o foco principal é a cobrança em testes e provas padronizadas, o que contribui para o fracasso escolar. Pois, não possibilita a dialogicidade no contexto da sala de aula para criar um ambiente de aprendizagem mais colaborativo e inclusivo, de forma a atender às diferenças, modos e tempos de aprendizagem dos estudantes.

Diante disso, conforme Fernandes (2011), há uma grande dificuldade em articular a aprendizagem, a avaliação e o ensino, predominando, assim, o paradigma da transmissão, em que os estudantes são passivos receptores de informação, sem oportunidades significativas de participação no processo do ensino na aprendizagem. Por consequência, muitos estudantes sentem-se frustrados, podendo levá-los a abandonar seus sonhos ao perceberem que suas capacidades não são valorizadas nos processos educativos.

Nesse contexto, Fernandes (2011, p. 2) refere-se à avaliação de *natureza formativa* como apropriada para promover o desenvolvimento contínuo dos estudantes e "[...] é, comprovadamente, um processo pedagógico que contribui para melhorar muito as formas de aprender e de ensinar". Desse modo, a avaliação formativa que tem como objetivo orientar os estudantes em seu processo de aprendizagem, possibilita também, reflexão contínua do professor em relação aos objetivos propostos às atividades avaliativas, e do ensino organizado e proposto para que a aprendizagem se consolide.

No entanto, precisamos de um novo olhar sobre alguns conceitos tradicionais que insistem em permanecer sobre a avaliação formativa em que muitos professores recorriam a avaliação como forma de controlar comportamentos indesejáveis dos alunos e, as *notas* eram usadas como ferramenta de pressão para impor disciplina e participação antidemocrática, o que contribuiu para a alienação dos estudantes (Fernandes, 2006; 2011; Libâneo , 1990).

Diante disso, Fernandes (2006), traz o termo *Avaliação Formativa Alternativa (AFA)* referindo-se a abordagens não tradicionais, pois a AFA busca compreender de forma mais abrangente e autêntica o progresso e o desempenho dos estudantes com novas,





[...] visões acerca da natureza das interações que se estabelecem nas salas de aula entre os alunos e entre os professores e os alunos. É um processo pedagógico e interactivo, muito associado à didática, integrado no ensino e na aprendizagem, cuja principal função é a de conseguir que os alunos aprendam melhor, isto é, com significado e compreensão [...] (Fernandes, 2006, p. 12).

Nessa perspectiva, a avaliação formativa é considerada a mais adequada para incentivar o crescimento do estudante, sendo esta inerente ao processo pedagógico que tem como objetivo auxiliar e orientar os alunos em seu processo de aprendizagem. Ela ocorre de forma contínua e ao longo do processo de ensino, permitindo que o professor acompanhe o desenvolvimento do aluno e identifique suas dificuldades e necessidades de forma individualizada, buscando um ambiente de avaliação mais inclusivo, dinâmico e significativo tanto para o aluno, como para o professor (Fernandes, 2006; 2011).

De acordo com Fernandes (2006; 2011), outro ponto positivo da AFA está relacionado ao *feedback* descritivo e construtivo em vez de notas ou classificações, tendo como objetivo destacar as conquistas dos alunos e apontar áreas para melhoria, proporcionando informações mais úteis para que eles compreendam seu desempenho atual e orientá-los sobre como melhorar, porém sob perspectivas humanísticas de avaliar *para* aprendizagem e não a aprendizagem.

O QUE AVALIAR? PARA QUE AVALIAR?

Através de tarefas avaliativas os professores podem acompanhar o progresso dos alunos em relação aos objetivos propostos, assim, a "[...] avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem [...]" (Libâneo, 1990, p. 195).

Nesse viés, as concepções do professor referentes, ao *que avaliar e para que avaliar, não* só depende das finalidades do ensino (sua intencionalidade pedagógica) conhecimentos curriculares, contextuais, do aluno e como este aprende, mas também incluem de acordo com Fernandes (2011) a seleção de tarefas. Assim, é

[...] através delas que se aprende, ensina, avalia e regula a actividade que deve ocorrer nas salas de aula. A selecção de tarefas é exigente e indispensável para diferenciar o ensino, para que os alunos aprendam com significado (isto é, com compreensão e profundamente) e para que a avaliação esteja plenamente integrada no processo educativo e formativo (Fernandes, 2011, p. 7).





Nesse contexto, e diante da complexidade e da importância das escolhas das tarefas tanto para ensinar, quanto para avaliar no contexto da sala de aula, é necessário que estas sejam planejadas e elaboradas pelo professor com embasamento teórico contextualizando e integrando com as particularidades dos estudantes. Entretanto, a visão do professor sobre as mesmas, deve ser abrangente, contínua e a luz dos documentos oficiais que orientam o currículo nas escolas.

Sob esse foco, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo brasileiro que define quais conhecimentos, competências e habilidades são fundamentais para todos os estudantes desenvolverem ao longo da Educação Básica (Santos, 2023). Além disso, como indica o próprio documento, busca promover a equidade educacional, assegurando que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem social, regional, etnia, e de gênero (Brasil, 2018).

Nesse contexto, as Secretarias da Educação da rede Pública de Ensino, seja de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, tem autonomia para elaborar seu próprio Currículo para orientar o trabalho pedagógico de suas respectivas escolas. Entretanto, conforme o Art. 26 da LDB, a elaboração dos currículos para a educação básica,

[...] devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996).

Sob esse foco, à Secretaria Estadual da Educação do estado do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS) em consonância com a BNCC e ao Referencial Curricular Gaúcho¹ (RCG), elabora anualmente Matrizes de Referência para orientar o currículo das suas respectivas escolas da rede estadual de ensino. Nesses termos, as Matrizes de Referência são documentos oficiais atualizados periodicamente para estabelecer um padrão comum de conhecimentos e habilidades para serem integrados ao plano de trabalho do professor (TV Seduc, RS, 2023).

-

¹ É um "[...] documento, elaborado em colaboração entre a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), o Sindicato Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINEPE/RS), orientará os currículos das escolas gaúchas a partir de 2019. As mudanças, que seguem as diretrizes da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), valerão para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental."Disponível em: https://h-curriculo.educacao.rs.gov.br/Sobre/Inde. Em relação às Matrizes de Referência para o Novo Ensino Médio, há no RS outro documento específico que orienta o trabalho pedagógico do professor. Disponível em: https://ensinomediogaucho.educacao.rs.gov.br/





Ademais, as Matrizes de Referência também estão alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)². Em vista disso, tais Matrizes de Referência desempenham um papel fundamental para que o plano de trabalho do professor esteja engajado com os objetivos educacionais estabelecidos nacionalmente para uma educação de qualidade e equidade.

Nessa direção, as concepções constituídas a partir de uma práxis dão luz às Matrizes de Referência. Não se trata, assim, de "copiar e colar", mas de contextualizá-las ao seu plano de trabalho, pois todo o ensino organizado e proposto pelo professor necessita de concepções teóricas para elucidar sua prática, constituindo de forma articulada, uma práxis. Um professor bem preparado a partir de aportes teóricos, não é suficiente para a sua atuação, mas certamente terá outras condições para de forma investigativa e reflexiva ensinar, de modo a considerar necessidades e interesses dos estudantes.

Assim, a elaboração de tarefas avaliativas terá objetivos claros e definidos sobre *o que avaliar e para que avaliar*. Nessa direção, "[...] o que, e como, se avalia é, em geral, entendido como o que é realmente valorizado e o que se considera ser relevante aprender [...]" (Fernandes, 2021, p. 4). Em vista disso, o autor supracitado considera importante o professor clarificar seu planejamento didático de ensinar, aprender e avaliar com os "[...] conhecimentos, capacidades e valores previstos no currículo [...] (Fernandes, 2021, p. 5). Isso permite que os estudantes *aprendam mais e com mais profundidade*.

Desse modo, a escolha de tarefas avaliativas, revela quais habilidades, conhecimentos e competências o professor *ensinou* em sala de aula. Os resultados das tarefas avaliativas têm, assim, um impacto significativo na aprendizagem do estudante, quanto para a reflexão do professor do que entende ser relevante ensinar.

Nessa direção, conforme Fernandes (2011, p. 9), as relações entre a aprendizagem, a avaliação e o ensino precisam ser articulados de maneira integrada e holística, ou seja, é preciso considerar a aprendizagem, a avaliação e o ensino interconectados e influenciando-se

https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares/.

De acordo com a Organização Não Governamental Todos pela Educação as DCNs "[...] são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Mesmo depois que o Brasil elaborou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes continuam valendo porque os documentos são complementares: às Diretrizes dão a estrutura; a Base o detalhamento de conteúdos e competências."





mutuamente dentro do contexto educacional. Isso inclui o conhecimento do professor, estratégias de ensino para melhorar a prática pedagógica e, assim, ter bons resultados de aprendizagens dos estudantes.

O erro nas tarefas avaliativas, nessa perspectiva, deve ser visto como um "[...] momento do processo de construção de conhecimentos que dá pistas sobre o modo cada um está organizando seu pensamento [...]" (Esteban, 2002, p. 21). E partir disso, as metodologias do professor necessitam romper com o paradigma da transmissão, para priorizar a dialogicidade no processo do ensino na aprendizagem, pois a prática do diálogo na sala de aula "[...] substitui a interpretação unívoca, de natureza excludente, que propõe a avaliação como um processo articulado pela distinção entre erro e acerto, por uma orientação dialógica [...]" (Esteban, 2002, p. 19). Consequentemente as abordagens avaliativas terão outro prisma em que o erro passa a ser visto como o que realmente o aluno aprendeu, mas com a mediação do professor, virá a aprender.

Nessa direção, conforme Sartori; Cherubin (2017, p. 214) a relação de ensinar para aprender, em que o professor é visto como mediador "[...] necessita conduzir a avaliação como um processo contínuo, investigativo, de construção de novos conhecimentos, o que exige a observação individual de cada aluno, para diagnosticar e investigar os pontos forte e fracos de cada um em relação ao processo de aprendizagem". A partir disso, as escolhas das tarefas avaliativas e ou de ensinar, são essencialmente direcionadas para melhorar o ensino que tem em vista a aprendizagem do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, concluímos que a avaliação formativa no contexto da sala de aula é uma metodologia essencial de ensino para a aprendizagem. Desse modo, os resultados obtidos nas tarefas avaliativas revelam a aprendizagem dos estudantes em relação aos conceitos que o professor ensinou. Nesse contexto, o erro do estudante tem que ser visto numa perspectiva holística, em que o professor tenha reflexões acerca da sua práxis pedagógica, identificando qual conceito o estudante necessita de maior apoio pedagógico.

Nessa direção, é primordial compreender o contexto histórico-cultural dos alunos e, como estes justificam seus modos de pensar e agir em diferentes situações, refletindo, assim, no cotidiano escolar, principalmente quando se trata de realizar tarefas avaliativas.





A avaliação, na perspectiva considerada, não deve ser vista no paradigma da mensuração, em que há procedimentos técnicos obrigatórios e classificatórios para atribuir notas com finalidades de aprovar e, ou reprovar o estudante, contribuindo, em diversas situações, assim, para o fracasso escolar.

Avaliar no contexto da sala de aula é promover a aprendizagem ajustando o ensino às necessidades dos estudantes, entretanto, é preciso que o professor tenha clareza da importância do papel da avaliação, para a aprendizagem e para o ensino, pois a avaliação só terá sentido se estiver fortemente articulada com estes.

Além disso, o professor também precisa de conhecimentos que dê suporte à sua práxis pedagógica para clarificar o que ensinar e para que ensinar. Para tal, é crucial a escolha de tarefas avaliativas, assim, o professor precisa ser criterioso, com clareza e objetividade, pois a sua ação na escolha, implicará na aprendizagem dos estudantes.

Diante da complexidade e responsabilidade para o ensino e para a aprendizagem, o professor precisa se atentar aos documentos oficiais curriculares que orientam o trabalho pedagógico das instituições de ensino. Porém, não significa segui-la "tal e qual", mas sim, como referência ao apoio pedagógico na perspectiva de motivar os estudantes a se tornarem cidadãos críticos, reflexivos e democráticos para conviverem na contemporaneidade. Nessa perspectiva, esses documentos são revisados e atualizados anualmente, o que contribui para orientar uma aprendizagem mais significativa.

Ademais, uma avaliação bem elaborada, fundamentada em conceitos teóricos, favorece não só a aprendizagem dos alunos, mas também à elaboração do feedback de elevada qualidade, evidenciando conceitos que precisam ser melhorados ou parabenizando-os os alunos pelo ótimo desempenho da tarefa avaliativa realizada. Assim, o erro é visto como algo construtivo, avaliar para aprender e não para reprovar/aprovar, medir ou classificar.

Portanto, a avaliação no contexto da sala de aula, é inerente ao processo educacional essencial que contribui para a aprendizagem do aluno, e também para a reflexão das estratégias pedagógicas do professor, em prol do ensino com qualidade e que contribua para uma educação mais crítica, reflexiva, equitativa e inclusiva, principalmente para os menos favorecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS





BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/19394.htm. Acesso em: 10, jul. 2024.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Não saber/Ainda não saber/já sabe:** pistas para a superação do fracasso escolar. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1992.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Avaliação no cotidiano escolar.** In ESTEBAN, Maria Teresa (org.) Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

ESTEBAN, Maria Teresa. PINA, B. de S. F. **Silenciamento e Diálogo na Avaliação Escolar**. Revista Teias. Rio de Janeiro, v. 22, n. 67, p. 420-433, out. 2021. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052021000400420&lng=p t&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2024.

FERNANDES, Domingos. Articulação da aprendizagem, da avaliação e do ensino: **Questões teóricas, práticas e metodológicas**. In M.P. Alves e J.-M. De Ketele (Orgs.), do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo, pp. 131-142. Porto: Porto Editora, 2011. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6988/1/Articula%c3%a7%c3%a3o%20E%20Do%20Ensino.pdf. Acesso em: 27 jun.2024.

FERNANDES, Domingos. **Para uma teoria da avaliação formativa**. Revista Portuguesa de Educação, 19(2), pp. 21-50, 2006. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5495/1/Para%20uma%20teoria%20da%20avaliac%cc%37a%cc%83o%20formativav19n2a03%283%29.pdf. Acesso em: 27 jun.2024.

FERNANDES, Domingos. Para uma fundamentação e melhoria das práticas de avaliação pedagógica no âmbito do Projeto MAIA. Texto de Apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA), 2011. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação. Disponível em: <a href="https://afc.dge.mec.pt/sites/default/files/2021-04/TextoApoio1_Para%20uma%20Fundamentac%CC%A7a%CC%83o%20e%20Melhoria%20das%20Pra%CC%81ticas%20de%20Avaliac%CC%A7a%CC%83o%20Pedago%CC%81gica.pdf. Acesso, em: 27 jun.2024.

FERNANDES, Domingues. (2021). **Critérios de Avaliação.** Folha de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA), 2021. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

FIORENTINI Dario; SOUZA Jr. José Arlindo; MELO Gilberto Francisco Alves *et al. (org)*. **Saberes Docentes: Um Desafio para Acadêmicos e Práticos**. Campinas, SP: Ed. Mercado das letras, 1998.





LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1990.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro, Bertrand, 1999.

MORIN, Edgar. Introducción al pensamiento complejo. Barcelona, Gedisa, 1996.

SANTOS. Izabel Cristina. Reflexões acerca do currículo: Uma análise dos documentos oficiais BNCC. PCNS e DCNS. **IX Congresso Nacional de Educação**, João Pessoa, Paraíba, v. 2, p. 629-643, out. 2023. Disponível em: DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT02.034. Acesso em: 27 jul. 2024.

SARTORI, Jerônimo (org). **Gestão educacional.** Formação em cursos de especialização Faed/UPF. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2017.

TV SEDUC RS. Matrizes de referência 2023, Educação Infantil e Ensino Fundamental foram os temas da Jornada Pedagógica desta quarta (15). YouTube, 16 de fevereiro de 2023.

Disponível em:

https://educacao.rs.gov.br/nova-bncc-itinerarios-do-ensino-medio-gaucho-e-matriz-curricular-foram-os-temas-do-terceiro-dia-da-jornada-pedagogica/1000. Acesso em: 30 jun. 2024.